



Contas Nacionais
número 96

Produto Interno Bruto dos Municípios

Brasil

2021

Notas técnicas

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente

Marcio Pochmann

Diretora-Executiva

Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências

Claudio Stenner

Diretoria de Tecnologia da Informação

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Paulo de Martinho Jannuzzi

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 96

Produto Interno Bruto dos Municípios

Brasil

2021

Notas técnicas



Rio de Janeiro
2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 Contas Nacionais

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais, contemplando as Tabelas de Recursos e Usos, as Contas Econômicas Integradas, as Contas Regionais do Brasil, o Produto Interno Bruto dos Municípios, a Matriz de Insumo Produto, entre outras informações relacionadas, bem como os resultados das Contas Econômicas Ambientais, os quais fornecem a contabilidade dos recursos naturais associados à atividade econômica.

ISBN 978-85-240-4600-1.

© IBGE. 2023

Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo que apresenta comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos sobre os principais resultados do estudo, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, objeto deste documento, traz considerações de natureza metodológica sobre o estudo e é veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumário

Apresentação	6
Introdução	7
Fontes de informação	9
Referências	11
Glossário	13

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Listas

Siglas das Unidades da Federação

RO - Rondônia

AC - Acre

AM - Amazonas

RR - Roraima

PA - Pará

AP - Amapá

TO - Tocantins

MA - Maranhão

PI - Piauí

CE - Ceará

RN - Rio Grande do Norte

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

AL - Alagoas

SE - Sergipe

BA - Bahia

MG - Minas Gerais

ES - Espírito Santo

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

PR - Paraná

SC - Santa Catarina

RS - Rio Grande do Sul

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

GO - Goiás

DF - Distrito Federal

Municípios das Capitais

Porto Velho/Rondônia

Rio Branco/Acre

Manaus/Amazonas

Boa Vista/Roraima

Belém/Pará

Macapá/Amapá

Palmas/Tocantins

São Luís/Maranhão

Teresina/Piauí

Fortaleza/Ceará

Natal/Rio Grande do Norte

João Pessoa/Paraíba

Recife/Pernambuco

Maceió/Alagoas

Aracaju/Sergipe

Salvador/Bahia

Belo Horizonte/Minas Gerais

Vitória/Espírito Santo

Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

São Paulo/São Paulo

Curitiba/Paraná

Florianópolis/Santa Catarina

Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Campo Grande/Mato Grosso do Sul

Cuiabá/Mato Grosso

Goiânia/Goiás

Brasília/Distrito Federal

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2021 na série que tem como referência o ano de 2010.

São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes grupos de atividade econômica: *Agropecuária*; *Indústria*; e *Serviços*, – além da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* –, devido à importância dessa atividade na economia brasileira; bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o Produto Interno Bruto - PIB e o PIB *per capita*.

Os resultados são analisados por meio de tabelas, gráficos e mapas. Esta publicação, apresenta uma análise geográfica mais detalhada, com a colaboração da Diretoria de Geociências, que interpreta o PIB dos Municípios a partir da sua distribuição no País, permitindo, assim, interpretar tais estimativas com base nas tipologias (classificações de Municípios como, por exemplo, por hierarquia urbana) e regionalizações (agregações de Municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados do PIB dos Municípios, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

No portal do IBGE na Internet, estão disponíveis a série de 2002 a 2021 (sendo que de 2002 a 2009 é chamada série retroplada), e demais informações sobre a pesquisa.

A publicação inclui, ainda, um **Glossário** com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

Cimar Azeredo Pereira
Diretor de Pesquisas

Introdução

As estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios são desenvolvidas desde o ano 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e obedecem a uma metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, sendo integradas, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

Em dezembro de 2015, os resultados do PIB dos Municípios foram divulgados tendo como referência o ano 2010¹. Esses resultados incorporam as recomendações apresentadas no manual *System of national accounts 2008 - SNA 2008* (United Nations, 2009), a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, novas fontes de dados e ainda resultados de censos e pesquisas realizados, cujas estruturas servirão de referência para os próximos anos. Como consequência, as participações das atividades econômicas na composição do PIB foram atualizadas. Entretanto, essa atualização gerou descontinuidade nos dados históricos do PIB dos Municípios. Para o período anterior a 2010, realizou-se a retropolação² dos dados até 2002, incorporando no cálculo dos agregados (PIB, valor adicionado bruto da *Agropecuária*, da *Indústria* e dos *Serviços*) a nova estrutura das atividades econômicas. Além da incorporação dos novos pesos, sempre que foi possível, introduziram-se as alterações conceituais da nova referência nos anos anteriores.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação. Assim, o resultado relativo ao último ano divulgado é sempre revisto no ano posterior.

O banco de dados completo³ contém, a preços correntes, o valor adicionado bruto da *Agropecuária*, da *Indústria* e dos *Serviços*; os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB; e o PIB *per capita*; e, também o valor adicionado bruto corrente da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*.

A análise geográfica das estimativas do PIB dos Municípios, de acordo com sua distribuição no País, conta com a colaboração da Diretoria de Geociências e permite a

.....
¹ Para informações mais detalhadas sobre a metodologia do PIB dos Municípios, consultar: IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro, 2016. 50 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: nov. 2023.

² Para informações mais detalhadas sobre o processo de retropolação, consultar: IBGE. [Produto Interno Bruto dos Municípios (referência 2010)]. *Série retropolada 2002-2009*: versão para informação e comentários. Versão 1. Rio de Janeiro, 2016. 5 p. Nota metodológica out./2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: nov. 2023.

³ O banco de dados, por Município, referente aos anos de 2010 a 2021, e a série de 2002 a 2009 estão disponíveis no portal do IBGE, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=resultados>.

interpretação dos dados com base em tipologias e regionalizações que conferem outros significados aos indicadores estimados. Esse tipo de análise evidencia padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

Para as estimativas de 2021, os Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul tiveram as suas estruturas que dependem das informações de saídas de mercadorias evoluídas segundo o consumo de energia elétrica.

As atividades que abrangem a utilização dessas informações são, principalmente, *Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*; e parte da atividade *Alojamento e alimentação*. As demais atividades foram estimadas com as informações provenientes de outras fontes e, assim, não foram afetadas.

Outrossim, excepcionalmente nesta divulgação, os resultados do ano de 2019 para os Municípios dos Estados de Pernambuco e Goiás foram revisados, devido à atualização do arquivo da variável saídas de mercadorias.

Fontes de informação

O cálculo do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios se baseia na distribuição, entre os Municípios, do valor adicionado bruto a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelo Sistema de Contas Regionais - SCR.

O trabalho fundamenta-se na identificação de indicadores de diversas fontes que permitam distribuir o valor adicionado bruto das atividades econômicas de cada Unidade da Federação entre seus respectivos Municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especificamente na *Agropecuária*, no nível de produto.

O Quadro a seguir apresenta informações detalhadas sobre os indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos Municípios.

Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto e dos impostos de cada Unidade da Federação pelos Municípios

(continua)

Atividades/impostos	Indicadores	Fontes
Agropecuária		
Agricultura, pecuária e produção florestal	Valor bruto da produção e efetivo dos rebanhos	PAM, PPM, PEVS, Censo Agropecuário 2006
Pesca e aquicultura	Pesca: Pessoal ocupado	Censo Demográfico 2010
	Aquicultura: Valor bruto da produção	PPM
Indústria		
Indústrias extrativas	Petróleo e gás natural: Quantidade produzida	ANP
	Demais produtos: Valor das saídas de mercadorias	SEFAZ
Indústrias de transformação	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Geração de energia elétrica: Valor adicionado bruto da empresa	Contas Regionais, empresas de energia
	Transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica: Consumo de energia elétrica	Empresas de energia
	Distribuição de gás e água e esgoto: Volume faturado	Empresas de gás natural, SNIS
	Gestão de resíduos e recuperação de materiais: Valor adicionado bruto municipal das atividades transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e água e esgoto	PIB dos Municípios
Construção	Empresas não financeiras: Pessoal ocupado na atividade	CEMPRE
	Famílias: Valor adicionado bruto municipal das lavoras temporárias e permanentes; comércio varejista; serviços de alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	PIB dos Municípios

Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto e dos impostos de cada Unidade da Federação pelos Municípios

(conclusão)

Atividades/impostos	Indicadores	Fontes
Serviços		
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias e salário	SEFAZ, CEMPRE
Transporte, armazenagem e correio	Transporte terrestre - Passageiro: Valor adicionado bruto municipal do comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	PIB dos Municípios
	Transporte terrestre - Carga: Valor bruto da produção municipal da agropecuária, indústrias extrativas, indústrias de transformação, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, transportes aquaviário, aéreo e correios	PIB dos Municípios
	Transporte aéreo: Carga e passageiros embarcados	INFRAERO, ANAC
	Transporte aquaviário: Carga embarcada	ANTAQ
	Correios: Receita operacional	ECT
	Armazenagem e outros: Valor adicionado bruto municipal do cultivo de cereais, soja, café e algodão; indústrias extrativas; indústrias de transformação; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; transportes (exceto armazenagem)	PIB dos Municípios
	Informação e comunicação	Telecomunicações: Valor adicionado bruto municipal do comércio varejista; alojamento e alimentação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos Demais serviços: Pessoal ocupado
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Valor das operações ativas e passivas selecionadas	BACEN
Atividades imobiliárias	Consumo de energia elétrica residencial e comercial	Empresas de energia
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Parcela relativa à contribuição das sedes de empresas: Pessoal ocupado	CEMPRE
	Demais parcelas: Valor adicionado bruto municipal das indústrias extrativas; indústrias de transformação; comércio exceto atacadista de combustíveis; transportes exceto armazenagem e passageiros; informação e comunicação (apenas demais serviços); atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; administração pública esfera municipal	PIB dos Municípios
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Esferas federal e estadual: População	IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada pelas prefeituras com pessoal ativo	FINBRA, TCE, TCM
Educação e saúde privadas	Educação: Número de matrículas	INEP
	Saúde: Pessoal ocupado	RAIS
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	Valor adicionado bruto municipal das lavoras temporárias e permanentes; comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; construção (apenas empresas não financeiras)	PIB dos Municípios
Impostos		
Esferas municipal e federal	Arrecadação	FINBRA, TCE, TCM, RFB
Esfera estadual	Valor adicionado bruto municipal da agropecuária; indústrias de transformação; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; transportes (exceto a parcela relativa ao correio); distribuição de eletricidade; informação e comunicação (apenas parcela telecomunicações)	CONFAZ, PIB dos Municípios

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Referências

GRUPO DE EXPERTOS ASESORES DEL PROCESO DE ACTUALIZACIÓN DEL SCN 1993. *Actualización del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993)*: conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado no Seminário Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/AEG/recommendations/flprsp.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro, 2015a. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?edicao=15944&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE*. Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Aprovada pela Comissão Nacional de Classificação - Concla. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/portema/atividades-economicas>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Contas Regionais do Brasil: ano de referência 2010*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016a. 68 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298459>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017*. Rio de Janeiro, 2017. 80 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=15905&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios: ano de referência 2010*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2016b. 50 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. [Produto Interno Bruto dos Municípios (referência 2010)]. *Série retropolada 2002-2009*: versão para informação e comentários. Versão 1. Rio de Janeiro, 2016c. 5 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro, 2020. 187 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=28033&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Regiões Rurais 2015*. Rio de Janeiro, 2015b. 41 p. Título da capa: Projeto regiões rurais 2015: relatório técnico. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15780-regioes-rurais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais: Brasil: ano de referência 2010*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2016d. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=18363&t=notas-tecnicas>. Acesso em: nov. 2023.

SISTEMA de Contas Nacionais: Brasil 2021: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. 23 p. (Contas nacionais, n. 94). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: nov. 2023.

SISTEMA de Contas Nacionais: Brasil 2021: tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: nov. 2023.

SISTEMA de Contas Regionais: Brasil 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. (Contas nacionais, n. 94). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: nov. 2023.

SISTEMA de Contas Regionais: Brasil 2021: tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: nov. 2023.

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of National Accounts 1993*. New York, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios de United Nations, Commission of the European Communities - Eurostat, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>. Acesso em: nov. 2023.

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of National Accounts 2008*. New York, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios de United Nations, European Commission, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Acesso em: nov. 2023.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros), e, na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

Amazônia Legal Região composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°. Possui uma superfície aproximada de 5 217 423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

Arranjo Populacional Agrupamento de dois ou mais Municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. *Ver também* Concentração Urbana.

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit, e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado por meio da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído, também, o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

Capital Regional Cidade com alta concentração de atividades de gestão do território, caracterizada pela presença de instituições públicas e empresas que atuam em vários Municípios, mas com região de influência de menor alcance, se comparada com as Metrôpoles. Normalmente, as Capitais Regionais são Cidades muito populosas e relativamente conhecidas nos Estados em que se situam. É o segundo tipo de hierarquia urbana mais elevado e se subdivide em três níveis: Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

Centro de Zona Cidade que polariza um pequeno número de Cidades vizinhas por meio da atração de pessoas para acesso a comércio e serviços básicos insuficientes nos Centros Urbanos do entorno. Nos Centros de Zona, predominam as relações de proximidade, e as atividades de gestão do território são relativamente restritas, se comparadas às das Cidades de hierarquia maior (Metrôpoles, Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais). É o quarto e penúltimo tipo de hierarquia urbana e se subdivide em dois níveis: Centro de Zona A e Centro de Zona B.

Centro Local Cidade cuja influência está restrita aos seus próprios limites territoriais. Os Centros Locais podem atrair alguma população moradora de outras Cidades para atividades muito específicas, mas não são referência principal de acesso a serviços para nenhuma outra Cidade. Além disso, os Centros Locais apresentam fraca articulação com outras Cidades para atividades de gestão do território, como atividades empresariais e de gestão pública, e, frequentemente, a sua população, em geral pequena, recorre a outros Centros Urbanos de maior hierarquia para acessar instituições públicas, comércio e serviços, pois a presença e a diversidade dessas atividades são muito restritas. Os Centros Locais constituem a grande maioria das Cidades do País e representam o último nível da hierarquia urbana.

Centro Sub-Regional Cidade com significativa atividade de gestão do território, caracterizada pela presença de instituições públicas e empresas que atuam em vários Municípios, mas com articulações externas e região de influência de menor alcance e densidade, se comparada com as Capitais Regionais e Metrôpoles. É o terceiro tipo de hierarquia urbana mais elevada e se subdivide em dois níveis: Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B.

Centro Urbano Ver Cidade

Cidade Unidade urbana utilizada na pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC e na Divisão Urbano-Regional do Brasil para análise dos dados e operacionalizada por meio de duas unidades territoriais: os Municípios e os Arranjos Populacionais. Tais unidades territoriais consistem, basicamente, de três conjuntos: os Arranjos Populacionais, as Concentrações Urbanas (Arranjos Populacionais com mais de 100 000 habitantes), e os demais Municípios (ou Municípios Isolados).

Cidade-Região de São Paulo Denominação que faz referência à 2ª Integração do Arranjo Populacional de São Paulo/SP que engloba um contínuo geográfico de 92 Municípios em 11 Arranjos Populacionais diferentes, além de sete Municípios Isolados com forte interação no processo produtivo (bens, cultura, fluxos financeiros etc.) com a Metrôpole de São Paulo. O estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, divulgado pelo IBGE em 2016, aponta os critérios, as bases teóricas e os Municípios identificados nesse recorte geográfico.

Concentração Urbana Arranjo Populacional ou Município Isolado com mais de 100 000 habitantes e que possui a urbanização como principal processo indutor da integração e da contiguidade espacial. As Concentrações Urbanas se subdividem em dois níveis: Médias Concentrações Urbanas, com população entre 100 000 e 750 000 habitantes, e Grandes Concentrações Urbanas, com população acima de 750 000 habitantes.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços consumidos como insumos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos; os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de

Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os Municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos Municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos Municípios. No caso em que todos os Municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os Municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume, ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário, e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

entradas de mercadorias Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

Grande Concentração Urbana Denominação dada aos Arranjos Populacionais com população acima de 750 000 habitantes e aos Municípios Isolados (que não formam Arranjos Populacionais) de mesma faixa populacional. Dessa forma, para completar a estrutura do escalão mais alto da urbanização brasileira, fez-se necessário acrescentar as Capitais estaduais de Manaus e Campo Grande (1 802 014 e 786 797 habitantes em 2010, respectivamente), as quais não formam Arranjos Populacionais.

hierarquia urbana Nível de articulação que a Cidade tem com outros Centros Urbanos, realizado por meio de atividades de gestão pública e empresarial, e ainda o nível de atração que a Cidade possui para suprir bens e serviços para populações de outros Centros Urbanos. São cinco os principais níveis hierárquicos: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo, no preço das mercadorias, os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos, ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos Municípios segundo o valor adicionado bruto de cada Município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os Municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um Município detém o valor adicionado bruto total, e o valor adicionado bruto de todos os outros Municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

Média Concentração Urbana Denominação dada aos Municípios Isolados e aos Arranjos Populacionais com população acima de 100 000 a 750 000 habitantes.

Metrópole Cidade que constitui o nível mais elevado da hierarquia urbana. Todas as Cidades no País recebem influência direta ou indireta de uma ou mais Metrópoles. Esses Centros Urbanos concentram grande população e possuem região de influência ampla que cobre toda a extensão territorial do País, constituída tanto pela atração de pessoas de outras Cidades para acesso a bens e serviços, quanto pela gestão de empresas e instituições públicas espalhadas pelo território.

Município Isolado Município que não faz parte de um Arranjo Populacional segundo o estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, divulgado pelo IBGE em 2016.

Município-Polo de Região Geográfica Imediata Município que atrai os moradores dos Municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego e de serviços de saúde e educação; e para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério da Previdência Social, de serviços judiciários, entre outros.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados aos usos finais, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos usos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

Região Geográfica Imediata Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de Arranjo Populacional – o polo. Esse polo atrai os moradores dos demais Municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego e de serviços de saúde e educação; e para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério da Previdência Social, de serviços judiciários, entre outros. O estudo Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, divulgado pelo IBGE nesse mesmo ano, divide o território brasileiro em 510 Regiões Geográficas Imediatas.

Região Geográfica Intermediária Recorte geográfico que reúne um conjunto de Regiões Geográficas Imediatas, articuladas por um polo ou Arranjo Populacional de hierarquia urbana superior, principalmente, através de fluxos de gestão privada e pública e pela oferta de funções urbanas de maior complexidade. O estudo Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, divulgado pelo IBGE nesse mesmo ano, divide o território brasileiro em 133 Regiões Geográficas Intermediárias.

Região Rural Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extrativos. O relatório técnico do Projeto Regiões Rurais 2015, divulgado pelo IBGE nesse mesmo ano, identifica 104 Regiões Rurais no território brasileiro.

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo. **2.** Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior, menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos) que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

saídas de mercadorias Mercadorias ou serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

Semiárido Região composta por 1 477 Municípios, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Os critérios para delimitação do Semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando-se todos os dias do ano. A competência para fixar critérios técnicos e científicos para sua delimitação foi dada ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pela Lei Complementar n. 125, de 03.01.2007. O Semiárido, cabe destacar, não é a área de atuação da SUDENE, que é mais abrangente territorialmente.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos, ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e

regras contábeis para a apuração de indicadores, como o produto interno bruto, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

valor adicionado fiscal Valor das saídas de mercadorias mais o valor das prestações de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação deduzidos dos valores das entradas de mercadorias e insumos utilizados.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Gerência de Contas Regionais

Alessandra Soares da Poça

Equipe

Luiz Antonio do Nascimento de Sá

Raquel Callegario Gomes

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça

Amanda Mergulhão Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

André Rodrigues Pereira

Bárbara de Oliveira Brasil Correa

Camila Unis Krepsky

Carmen Maria Gadea de Souza

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Claudia Dionisio Estermínio

ClaudioMiro Gomes de Oliveira

Cristiano de Almeida Martins

Daniel Rodrigues Caetano

Douglas Moura Guanabara

Felipe Castor Cordeiro de Sousa

Felipe de Oliveira Sampaio

Flávia Caheté Lopes Carvalho

Gabriela Cavalcanti de Araújo Martins

Gustavo Chalhoub Garcez

Hugo Araújo Saramago

Julio Cesar Siqueira

Katia Namir Machado Barros

Luiz Antonio do Nascimento de Sá

Marcio Resende Ferrari Alves

Mateus Zorzaneli Silva

Michel Vieira Lapip

Patrícia Schmitt Fontenelle

Paulo Henrique Polly Montoya

Raimundo Tavares Guedes

Raquel Callegario Gomes

Rebeca de La Rocque Palis

Renata Del Vecchio Gessullo

Ricardo de Souza Ribeiro

Ricardo Montes de Moraes

Samuel Cruz dos Santos

Sidneia Reis Cardoso

Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos

Grupo de trabalho

Rebeca de La Rocque Palis
Alessandra Soares da Poça
Luiz Antonio do Nascimento de Sá
Raquel Callegario Gomes
Breno Augusto de Barros Antunes
Cláudia Baptista Ferreira Pereira
Dionatan Silva Carvalho
João Paulo Caetano Santos
Maria Gláucia Pacheco Moreira
Martinho Roberto Lazzari
Raimundo Leal Filho
Ricardo Kureski
Thiago Rafael Corrêa de Almeida
Witalo Lima Paiva

Elaboração do texto

Alessandra Soares da Poça
Luiz Antonio do Nascimento de Sá
Raquel Callegario Gomes

Colaboradores internos

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Gestão da Produção

Marcelo Luiz Delizio Araujo

Elaboração de texto

Marcelo Luiz Delizio Araujo

Elaboração de mapas

Marcelo Luiz Delizio Araujo

Coordenação de Meio Ambiente

Gestão da Produção

André Polly Assumpção

Elaboração de mapas

André Polly Assumpção

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Marisa Sigolo

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informativos

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva
Daniela Rangel Granja
Elizabeth de Carvalho Faria (contratada)
Lioara Mandoju
Marcos Paulo Braz Cruz (estagiário)

Solange de Oliveira Santos

Padronização de glossários e elaboração de resumos indicativos

Ana Raquel Gomes da Silva

Colaboradores externos

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Hilda Coêlho Gomes Denny

Jorge César Ugalde

Luciano Matos Jucá Junior

Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Joquebede Oliveira da Silva Furtado

Marky Lowell Rodrigues de Brito

Shirley Brana Vilela

Amazonas

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Alcides Saggioro Neto

Casemiro Rodrigues de Souza

Josenete Cavalcante Costa

Natacha Porto de Sousa

Roraima

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

Enoque Rosas

Fabio Rodrigues Martinez

Jádila Andressa Gomes da Silva

Nelcilene Farias Lima

Rosimar da Silva Oliveira

Yuri Cesar de Lima e Silva

Pará

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA

Anderson Fabrício Pereira de Araújo

Cássio Amâncio Belizário

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento

Aldo Simão Carneiro Fernandes
Armando Ferreira Bruno Neto
Arthur Guedes Cuimar
Francisco de Assis Souza Costa
Jucinete Carvalho de Alencar
Leila Sílvia Sacramento Balieiro de Souza
Nazaré Santos Cardoso
Newton Wanderley Salomão Junior
Thiago Pereira de Almeida
Vanete dos Santos Palmeira

Tocantins

Secretaria do Planejamento e Orçamento

Eliene da Silva Santos
Geizianne Pereira da Cunha
Gleudson Bezerra da Cruz
Grazielle Azevedo Evangelista
Kézia Araújo Dias

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Anderson Nunes Silva
Carlos Henrique Cândido de Sousa
Dionatan Silva Carvalho
Haniel Ericeira Rodrigues
Matheus de Carvalho Oliveira
Rafael Thalysson Costa Silva

Piauí

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo - CEPRO

Amanda Alves Dias
Manfredi Mendes de Cerqueira Junior
Marcos Antônio Pinheiro Marques

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Daniel Cirilo Suliano
Fátima Juvenal de Souza
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Nicolino Trompieri Neto
Paulo Araújo Pontes
Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional

Janayna Maria Carvalho Alves
Maluá Münt Ribas
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olímpio

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

André Luís da Silva
Bruno Braga Gomes dos Santos
Daniel Oliveira Paiva da Silva
Diogo Machado Lima
Fernando Mota Maia Neto
Maurílio Soares de Lima

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Juliana Carla da Silva Santos
Marcia Nubia Barbosa Lopes
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado da Casa Civil

Antônio Marcos Nascimento
Michele Santos Oliveira Doria
Rafaela Nascimento Santos

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Carol Araujo Vieira
Denis Veloso
João Paulo Caetano Santos
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva
Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro - FJP, Diretoria de Estatística e Informações

Lívia Cristina Rosa Cruz
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Adriano do Carmo Santos
Edna Moraes Tresinari

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Pedro Amaral Serra
Samara Sthefani Oliveira Marques Martins

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Antonio Carlos C. Roxo da Motta
Ilma Edna Pereira Sidney
Odete Ferreira Salsa
Regiane Lenardon
Renata Silveira Corrêa
Vagner Bessa

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Francisco José Gouveia de Castro
Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento

Glauca de Almeida Padrão
Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

César Conceição
Martinho Roberto Lazzari
Vinicius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar

Renato Prado Siqueira

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Breno Augusto de Barros Antunes
Eduardo Matsubara

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB, Secretaria-Geral de Governo

Luiz Batista Alves
Paulo Jackson Bezerra Vianna
Rafael dos Reis Costa

Distrito Federal

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF

Adrielli Santos de Santana
Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Luiz Augusto Ferreira Magalhães
Pedro Henrique Borges da Silva
Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Maria Oliveira de Souza

Dave Mcliam Alves da Silva

Edimary Porto Dias

Evelyne Lima de Souza

Jesse Rodrigues dos Santos

Patry Marques Boscá